

Travessia Securitizadora S.A
3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

com Relatório dos Auditores Independentes

Travessia Securitizadora S.A

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Travessia Securitizadora S.A. e Investidores do Patrimônio Separado.

São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras do **Patrimônio Separado 3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing. (“Patrimônio Separado”)**, administrado pela **Travessia Securitizadora S.A (“Securitizadora ou Emissora”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, e consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/2021, conforme alterada pela Resolução CVM nº 194, de 17 de novembro de 2023, para elaboração de demonstrações financeiras de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e restrição sobre o uso

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que essas demonstrações financeiras foram elaboradas exclusivamente para atendimento da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022 e do Art. 50 da Resolução CVM nº 60/2021, que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outra finalidade. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase--Continuação

Incerteza na realização dos direitos creditórios financeiros

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, os direitos creditórios que lastreiam a 3ª Emissão de Debêntures decorrem de contratos de locação e arrendamento mercantil celebrados com as devedoras da operação. A realização desses ativos depende do cumprimento das obrigações contratuais pelos devedores, nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos. Em razão da natureza desses direitos creditórios e da dependência do fluxo de pagamentos futuros, os valores efetivamente realizados poderão diferir das estimativas consideradas em 31 de dezembro de 2025. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação dos direitos creditórios financeiros – mensuração, risco de crédito e vinculação ao lastro das debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, os direitos creditórios do Patrimônio Separado decorrem de contratos de locação e arrendamento mercantil e constituem o lastro da 3ª Emissão de Debêntures.

A avaliação desses ativos envolve julgamentos relevantes da Administração, especialmente quanto à mensuração pelo método do custo amortizado, à avaliação do risco de crédito das contrapartes, à estimativa dos fluxos de caixa contratuais e à adequada formalização e vinculação dos créditos ao Patrimônio Separado no âmbito do regime fiduciário. Em razão da relevância dos saldos e do grau de julgamento envolvido, este assunto foi considerado um dos mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação da composição da carteira de direitos creditórios que lastreiam a emissão das Debêntures;
- Testes sobre a mensuração dos direitos creditórios com base nas condições contratuais dos contratos de locação e arrendamento mercantil;
- Verificação da existência dos direitos creditórios e da adequada formalização da cessão e instituição do regime fiduciário;
- Testes, por amostragem, dos recebimentos financeiros da carteira; e
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Patrimônio Separado.

Esses procedimentos foram considerados relevantes para endereçar os riscos associados à mensuração, à realização dos direitos creditórios financeiros e à adequada vinculação desses ativos ao lastro das Debêntures, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração da Securitizadora pelas demonstrações financeiras

A Administração da Emissora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados, regidos pela Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, e pela Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração da Emissora é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada pela Resolução CVM nº 194, de 17 de novembro de 2023, pela avaliação da capacidade de o Patrimônio Separado continuar operando, conforme o termo de securitização dos créditos, e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Patrimônio Separado;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Patrimônio Separado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Patrimônio Separado a não mais se manter em continuidade operacional.

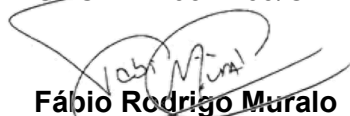
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Travessia Securitizadora S.A
3ª Emissão 1ª e 2ª Série - Angá Leasing

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35	70
Recebíveis	5. b)	6.045	15.380
Total do ativo circulante		6.080	15.450
Ativo não circulante			
Recebíveis	5. b)	5.762	9.883
Total do ativo não circulante		5.762	9.883
Total do ativo		11.842	25.333

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora S.A
3ª Emissão 1ª e 2ª Série - Angá Leasing

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Debêntures (Deb)	6. a)	3.750	5.058
Participação residual do cedente	7	210	178
Total do passivo circulante		3.960	5.236
Passivo não circulante			
Debêntures (Deb)	6. a)	7.882	20.097
Total do passivo não circulante		7.882	20.097
Total do passivo e patrimônio líquido		11.842	25.333

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora S.A
3ª Emissão 1ª e 2ª Série - Angá Leasing

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras	8	2.868	4.659
Despesas financeiras	8	(2.868)	(4.659)
Resultado financeiro		-	-
(=) Resultado do exercício		-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora S.A
3ª Emissão 1ª e 2ª Série - Angá Leasing

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Atividades operacionais		
Pagamentos custos e despesas	(139)	(155)
Rendimentos	26	35
Taxas e impostos	(20)	(15)
Despesas bancárias	(1)	(1)
Contas a pagar	-	(21)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(134)</u>	<u>(157)</u>
Atividades investimentos		
Recebimento Carteira	16.324	19.701
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>16.324</u>	<u>19.701</u>
Atividades financiamentos		
Emissão de Debêntures (Deb)	-	2.521
Pagamento de Debêntures (Deb)	(16.225)	(18.872)
Pagamento de Cessão	-	(3.604)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	<u>(16.225)</u>	<u>(19.955)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(35)</u>	<u>(411)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70	481
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	35	70
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(35)</u>	<u>(411)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com instituição de patrimônio separado, da Travessia Securitizadora S.A., foi emitida em 02 de maio de 2023, com o objetivo de adquirir direitos creditórios.

O valor total da Emissão será de R\$ 100.000 (cem milhões de Reais), sendo R\$ 95.000 (noventa e cinco milhões de Reais) no âmbito das Debêntures da Primeira Série e R\$ 5.000 (cinco milhões de Reais) no âmbito das Debêntures da Segunda Série, sendo permitida a distribuição parcial das Debêntures, observada a colocação do montante mínimo de R\$ 10.000 (dez milhões de Reais) na primeira Data de Integralização, sendo R\$ 9.500 (nove milhões e quinhentos mil Reais) no âmbito das Debêntures da Primeira Série e R\$ 500 (quinhentos mil Reais) no âmbito das Debêntures da Segunda Série, sendo certo que as Debêntures que não forem colocadas junto a Investidores Profissionais serão automaticamente canceladas o que será formalizado por meio de aditamento à Escritura de Emissão.

Serão emitidas até 100.000 (cem mil) Debêntures, sendo 95.000 (noventa e cinco mil) Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 5.000 (cinco mil) Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), observada a possibilidade de distribuição parcial, nos termos do artigo 73 da Resolução CVM 160.

Não serão constituídas garantias, reais ou pessoais, prestadas pela Emissora ou qualquer terceiro (sem prejuízo da instituição do regime fiduciário e consequente criação do Patrimônio Separado relativo à Emissão) relativas à Emissão. Além disso, a previsão de vencimento da operação é 26 de dezembro de 2029 para a primeira série e 26 de dezembro de 2030 para a segunda série.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, e consideram as disposições previstas na Resolução CVM nº 60/2021, conforme alterada pela Resolução CVM nº 194/2023, de 17 de novembro de 2023, para elaboração dessas demonstrações financeiras de propósito especial de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*IFRS Accounting Standards*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.1. Base de apresentação--Continuação

As demonstrações financeiras são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras são elaboradas utilizando a contabilização pelo regime de competência, exceto as demonstrações de fluxo de caixa.

A Administração do Patrimônio Separado declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração do Patrimônio Separado na sua gestão.

A avaliação da continuidade operacional do Patrimônio Separado não se confunde com o conceito tradicional de continuidade aplicável a sociedades operacionais, estando estritamente vinculada à capacidade de geração de caixa dos direitos creditórios que lastreiam a emissão, conforme previsto no termo de securitização.

A autorização para a conclusão e apresentação destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 17 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que correspondem à moeda funcional do Patrimônio Separado, definida como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

Na determinação da moeda funcional, a Administração considerou, principalmente, a moeda que influencia os fluxos de caixa dos direitos creditórios e das obrigações assumidas no âmbito da emissão.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão apresentadas em milhares de reais (R\$), sendo os valores arredondados para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e as aplicações financeiras com vencimento original igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e que não apresentam risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.3. Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

Compreendem as aplicações financeiras do Patrimônio Separado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados e mensurados de acordo com o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais, nos termos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado quando aplicável.

3.4. Passivos financeiros

Compreendem as captações para as operações de emissões dos certificados de recebíveis do patrimônio separado. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros do patrimônio separado incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e emissões de certificados de recebíveis imobiliários. Após reconhecimento inicial, as emissões sujeitas a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do patrimônio separado e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o patrimônio separado possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando a entrada de benefícios econômicos for considerada provável, tais ativos são divulgados em nota explicativa, sendo reconhecidos contabilmente apenas quando a realização do ganho se tornar praticamente certa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos puderem ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perda possível são apenas divulgados em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

3.7. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método direto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Administração do Patrimônio Separado não adotou antecipadamente pronunciamentos emitidos pelo IASB e pelo CPC que ainda não estejam vigentes na data de encerramento do exercício. Os pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos e ainda não vigentes estão descritos a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027

A Administração avaliou os potenciais impactos da adoção dos pronunciamentos acima e, até o momento, não espera que a adoção dessas normas resulte em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado em exercícios futuros. Quaisquer efeitos identificados serão devidamente divulgados quando da adoção inicial, conforme requerido pelas normas aplicáveis.

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	35	70
Total	35	70

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB remunerada a uma taxa mensal de 96,5% do DI e por aplicação auto mais remunerada a uma taxa média mensal de 2% podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios

a) Descrição dos direitos creditórios adquiridos

As Debêntures serão lastreadas em direitos creditórios devidos (i) à CHG-Meridian Brasil, Locação de Equipamentos Ltda. ("CHG Locação"), oriundos de contratos de locação firmado entre a CHG Locação, na qualidade de locadora, e cada uma das Devedoras, na qualidade de locatárias, conforme listados na Escritura de Emissão e/ou (ii) à CHG-Meridian do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("CHG Leasing"), oriundos de contrato de arrendamento mercantil firmado entre a CHG Leasing, na qualidade de arrendante, e cada uma das Devedoras, na qualidade de arrendatárias, conforme listados na Escritura de Emissão.

O Cedente cedeu e transferiu à Cessionária, sem coobrigação, de forma irrevogável e irretratável e, a Cessionária adquiriu e recebeu a totalidade dos Direitos Creditórios, na forma em que se encontraram, mediante o pagamento do Preço de Cessão.

A cessão dos Direitos Creditórios abrange: (i) todos os direitos acessórios aos Direitos Creditórios, incluindo, mas não se limitando aos juros remuneratórios, encargos moratórios, correção monetária; (ii) toda e qualquer garantia, real, pessoal ou fidejussória, que aos Direitos Creditórios seja acessória e que garanta, total ou parcialmente, seu pagamento.

b) Composição dos recebíveis

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	25.263	36.701
Principal	-	3.604
Amortização	(16.324)	(19.701)
Juros (Vide Nota Explicativa nº 8)	2.868	4.659
Saldo final	11.807	25.263
Circulante	6.045	15.380
Não circulante	5.762	9.883

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e/ou benefícios--Continuação

b) Composição dos recebíveis--Continuação

As parcelas do ativo não circulante têm seus vencimentos, conforme seguem:

Ano	Valor
2027	4.886
2028	876
Total	5.762

c) Aval

A Cessão dos créditos foi feita sem coobrigação, e não conta com aval ou fiança.

d) Cessão fiduciária dos recebíveis

A emissão não dispõe de cessão fiduciária dos direitos creditórios.

e) Regime fiduciário

Foi instaurado o regime fiduciário nos termos dos artigos 9º a 15º da Lei nº 14.430/22.

f) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

A Administração avaliou o risco de crédito dos direitos creditórios que lastreiam a emissão com base no modelo de perdas esperadas previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando, entre outros fatores, o histórico de inadimplência da carteira, as garantias associadas, o perfil dos devedores, a estrutura contratual da operação e as condições econômicas vigentes na data-base.

Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não havia perda esperada relevante a ser reconhecida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Para os casos de inadimplência identificados no exercício, foram adotados os procedimentos de cobrança previstos nos documentos da operação e, quando aplicável, executadas as garantias contratuais correspondentes.

g) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Os eventos de pré-pagamento podem ocorrer por antecipação de valores pelos devedores da operação ou por gatilhos de amortização estabelecidos no termo de securitização da operação.

h) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira

Incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios:

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e/ou benefícios--Continuação

h) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira--Continuação

- Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios são aquelas em que a operação adquire substancialmente todos os riscos de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão incondicional de direito creditório incluindo o direito de vendê-lo pelo valor justo, em sua totalidade, de forma autônoma e sem imposição de restrições adicionais à operação de venda; e Cessão de direito creditório em conjunto com opção de revenda pelo valor justo no momento da revenda.

- Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios, aquelas em que a operação não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão de direito creditório em conjunto com compromisso de revenda do mesmo ativo a preço fixo ou preço de compra adicionado de qualquer rendimento.

i) Principais direitos políticos inerentes a cada classe de certificado

Aos investidores cabem o direito de voto, onde cada debenture corresponde a um voto e poderá ser admitida a constituição de mandatários desde que observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976.

As deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por titulares das Debêntures (Debenturistas) representando, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um das Debentures em circulação.

Para efeito de cálculo de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação em Assembleia Geral (AG), serão excluídos as Debêntures que eventualmente possua em tesouraria; os que sejam de titularidade de empresas ligadas à Emissora, assim entendidas empresas que sejam subsidiárias, coligadas, controladas, direta ou indiretamente, empresas sob controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros, acionistas, ou pessoa que esteja em situação de conflito de interesses. Os votos em branco também deverão ser excluídos do cálculo do quórum de deliberação da Assembleia Geral (AG).

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Debêntures (Deb)

a) Valores relativos a cada série e às suas respectivas características, tais como prazo, remuneração e cronograma de amortizações

Série	1ª
Início da operação	02 de maio de 2023
Valor global da série	R\$ 95.000
Quantidade de Deb	95.000
Valor unitário	R\$ 1
Prazo de amortização	73 parcelas a partir de 26 de dezembro de 2023
Juros remuneratórios	100% DI + 2% a.a.
Atualização monetária	N/A
Data de vencimento	26 de dezembro de 2029

Série	2ª
Início da operação	02 de maio de 2023
Valor global da série	R\$ 5.000
Quantidade de Deb	5.000
Valor unitário	R\$ 1
Prazo de amortização	No vencimento
Juros remuneratórios	100% DI + 2% a.a.
Atualização monetária	N/A
Data de vencimento	26 de dezembro de 2030

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	23.151	35.481
3ª Emissão de debentures – 1ª série	-	2.394
(Amortização) emissão – 1ª série	(15.915)	(18.625)
Juros emissão – 1ª série	2.392	3.901
Total	9.628	23.151
Saldo anterior	2.004	1.877
3ª Emissão de debentures – 2ª série	-	127
(Amortização) emissão – 2ª série	(310)	(247)
Juros emissão – 2ª série	310	247
Total	2.004	2.004
Total das Emissões	11.632	25.155
Circulante	3.750	5.058
Não circulante	7.882	20.097

As parcelas do passivo não circulante têm seus vencimentos, conforme seguem:

Ano	Valor
2027	2.919
2028	2.227
2029	1.677
2030	1.059
Total	7.882

Travessia Securitizadora S.A

3ª Emissão 1ª e 2ª Séries - Angá Leasing

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Participação residual do cedente

Em 31 de dezembro de 2025, a participação residual representa o direito econômico do cedente aos recursos remanescentes após a liquidação integral das obrigações com os debenturistas e demais credores da emissão, totalizando R\$ 210 (R\$ 178 em 2024).

8. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto substancialmente pelas receitas de juros auferidas sobre os direitos creditórios que lastreiam a emissão, bem como pelos rendimentos de aplicações financeiras, deduzidos das despesas financeiras incorridas com as debêntures emitidas no âmbito da operação.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receita de juros sobre carteira de crédito (Vide Nota Explicativa nº 5.b)	2.868	4.659
Total das receitas financeiras	2.868	4.659
Despesas financeiras		
Despesa de juros sobre emissões debentures	(2.702)	(4.148)
Atualização monetária sobre cessão a pagar	(166)	(511)
Total das despesas financeiras	(2.868)	(4.659)

9. Relação com auditores

Os auditores independentes não prestaram quaisquer outros serviços à Companhia e ao Patrimônio Separado, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

10. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.